Construtora MONDRIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 132
Rubrica

AO ILUSTRISSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE ARNEIROZ/CE

SR. JOSÉ BEZERRA JUNIOR

RECEBIDO 29/04/2021 ÀS 16Hz 10min

José Bezerra Junior

BZYL ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.427.142/0001-89, com sede na Rua Carlos Vasconcelos, 2517/A, Joaquim Tavora, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP: 60.115.044, por meio de seu representante legal, Dennis Bzyl Feitosa, brasileiro, empresário, solteiro, CPF nº 616.887.033-49, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41 § 1º da Lei Federal 8.666/93, interpor tempestivamente, a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do processo licitatório de **TOMADA DE PREÇOS Nº 021.04.22.1,** que tem como OBJETO a CONTRATACAO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARNEIROZ.

Construtora MONDRIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 133
Rubrica

DOS FATOS

A impugnante buscando participar do processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços de número 2021.04.22.1, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE, que visa à a CONTRATACAO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARNEIROZ, realizou a captação do instrumento convocatório e identificou que o certame traz consigo cláusulas restritivas que fere os princípios constitucionais da Legalidade, Igualdade e Competitividade, como se demonstrará adiante.

I. Item 3.4.1.1 - Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA**, que conste responsável (eis) técnico(s) corn aptidão para desempenho de atividade pertinente ao **objeto da licitação**;

II. Item 3.4.2.4 – O profissional responsável técnico apresentado no ACERVO DE CAPACIDADE TECNICA, anexado pela licitante, deverá obrigatoriamente constar na certidão de registro de quitação de pessoa jurídica junto ao CREA, e participar permanentemente dos **serviços objeto desta licitação**.

III. Nos itens do Projeto Básico: 1.1.11 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR**, 2.1.2 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR** e 3.1.2 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR**.

A lei Federal 8.666/93, lei das licitações, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, sendo claramente determinado uma serie de Princípios, vejamos em seu Art. 3°:

> Art. 3° A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - CEARÁ
COMISSÃO
FOLHA Nº 134
Rubrica

> moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

É de suma importância para **Administração Pública Municipal** que sejam observados e garantidos os Princípios apontados para que garanta uma contratação mais vantajosa e que proponha condições de igualdade entre os todos licitantes, promovendo assim uma concorrência igualitária e um resultado com base na Legalidade.

Vejamos o que é vedado aos agentes públicos, conforme estabelecido na Lei das Licitações, em seu Art. 3, § 1, inciso I:

> I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restrinjam** ou **frustrem** o seu **caráter competitivo,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Vale salientar que com base no Instrumento convocatório de n º 2021.04.22.1, desta municipalidade, é inegável observar os ferimentos a esses princípios e as normas instituídas pela Lei Federal 8.666/93, senão, vejamos claramente as condições estabelecidas para que garanta a conservação dos Princípios pela mesma instituída, determinados pelo Art. 27º, e elencados pelos os Art's. 28º a 31º, estabelecem como critério de Habilitação:

> **Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:**
>
> I - cédula de identidade;
>
> II - registro comercial, no caso de empresa individual;
>
> III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por

PREFEITURA MUNICIPAL DE ... CEARÁ
135

ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

V - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
(Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ... COMISSÃO DE LIC. ... FOLHA Nº 136

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº. 137
Rubrica

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

~~§ 7º (VETADO)~~

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº: 133
Rubrica

de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 139
Rubrica

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 6º - Vetado.

Portanto, queremos de forma clara e objetiva mostrar o ferimento aos princípios. **É FATO A RESTRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO**, uma vez que o **instrumento convocatório carrega um leque** de **documentos** apresentados, **sem previsão legal**, assim, impossibilitando a nossa participação do certame, e a participação de muitos outros licitantes que buscam a competição igualitária nos certames licitatórios.

Conforme apontado na inicial da nossa petição, comprovaremos agora os elementos que restringem a licitação:

Construtora MONDRIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº: 140
Rubrica

Para a exigência do **ITEM I**, Item 3.4.1.1 do edital - Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA**, que conste responsável (eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao **objeto da licitação.** Ora, o objeto carrega em si: "PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA**", dessa maneira a exigência citada deverá abranger também o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**. Portanto, sugerimos a essa nobre comissão de Licitação que faça o devido ajuste ao item, ficando dessa forma:

> Relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL: Prova de inscrição ou registro da Licitante junto ao **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** da localidade da sede da proponente, que conste responsável (eis) técnico(s).

Nesse ínterim, é fato que a nobre comissão de licitação, restringe a participação das Licitantes, uma vez que solicita apenas o Conselho de Engenharia – CREA, sendo que de forma clara, demonstramos que o objeto desta licitação compreende **projetos e serviços de Arquitetura**, ou seja, profissionais que não podem ter registro no Conselho do CREA, pois possuem o seu próprio conselho, criado a partir de Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Em uma simples consulta pública no site do **Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE**, buscando o instrumento convocatório do objeto desta licitação, verificamos que inúmeros processos licitatórios possuem a sugestão acima aponta, ou seja, abrangendo ambos os Conselhos – CREA e/ou CAU:

01. Edital nº GM-TP003/21, do Município de Itaiçaba/CE;
02. Edital nº 03.31.01/2021, do Município de Pindoretama/CE;
03. Edital nº 2021.04.19.01, do Município de Piquet Carneiro/CE;

Construtora MONDRIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 143
Rubrica

04.Edital nº 2021.04.13.02-T, do Município de Solonopole/CE;

05.Edital nº 0503.01/2021, do Município de Groairas/CE

Fica demonstrado de forma clara e transparente que os Municípios acima citados, publicaram os seus instrumentos convocatórios para contratação do Objeto desta licitação, abrangendo os dois Conselhos, pois é a forma correta da exigência para atender o Objeto relatado.

Para a exigência do **ITEM II -** Item 3.4.2.4 – O profissional responsável técnico apresentado no ACERVO DE CAPACIDADE TECNICA, anexado pela licitante, deverá obrigatoriamente constar na certidão de registro de quitação de pessoa jurídica junto ao CREA, e participar permanentemente dos **serviços objeto desta licitação**, ora, vejamos que esta exigência afunila somente para profissionais registrados no CREA, sendo que de acordo com o objeto deste Instrumento Convocatório, o profissional de Arquiteto e Urbanismo, consegue demonstrar a partir de seus ACERVOS DE CAPACIDADE TECNICA, COM ATESTADOS, OS SERVIÇOS SOLICITADOS, **CONFORME OBJETO DESTA LICITAÇÃO**. Tendo em vista que lhe é permitido fazer projetos de Calculo Estrutural, Instalações Elétricas de Baixa Tensão, Instalações Hidrossanitárias, dentre outros projetos chamados complementares, os trabalhos topográficos no modo geral.

Para a exigência do **ITEM III**, Nos itens do Projeto Básico: 1.1.11 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR**, 2.1.2 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR** e 3.1.2 - **ARQUITETO DE OBRA JUNIOR**. Ora, no Anexo I – **Peças do Projeto Básico/Termo de Referência**, consta os itens acima citados, onde a empresa que detiver contrato com esses profissionais, obrigatoriamente devera ser registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Portanto é relatado e comprovado a existência de indícios de restrição a competitividade do presente processo licitatório. Uma vez que o edital carrega várias exigências com finalidade de diminuir a competitividade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 142
Rubrica

Deste modo, se essa comissão permanecer com essa exigência na forma que está, sem dúvida alguma prejudicara muitos licitantes que pretendem contratar com a Administração Pública com responsabilidade e compromisso.

Mostramos no sentindo de direção, o que orienta o TCU no acordão 357/2015-Plenário: No curso de procedimentos licitatórios, a **Administração Pública deve pautar-se** pelo **princípio do formalismo moderado**, que prescreve a **adoção de formas simples** e **suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados**, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Concluímos nossa solicitação, e informamos a esta comissão que iremos caso não seja atendido o nosso pleito, iremos acionar os Órgãos Competentes de Fiscalização.

DO DIREITO

O procedimento licitatório tem como princípio fundamental garantir a isonomia entre os licitantes. A importância dada pelo legislador ao referido princípio é tamanha que o artigo 3o da Lei n° 8.666/93 chega a afirmar que a "licitação visa garantir o princípio constitucional da isonomia". Não obstante a elevadíssima importância do princípio em tela. o objetivo da licitação é atingir a melhor oferta.

Trazendo à tona o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, este princípio nada mais é do que a proibição do excesso, e que objetiva compatibilizar os meios e os fins, de modo a que se evitem lesões aos direitos fundamentais por restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública. Em nome da razoabilidade, a vontade da lei não pode ser substituída pela vontade do intérprete.

O princípio da razoabilidade significa que, no exercício da discricionariedade pela Administração, esta terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, que estejam de acordo com o senso normal de pessoas equilibradas e com a finalidade da competência exercida.

Construtora MONDRIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CEARÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FOLHA Nº 143
Rubrica

Visto que, após análise destes fatos, concluímos que fomos absurdamente prejudicados e tal conduta certamente não se coaduna com os princípios básicos das licitações, contidos no Art. 37, XXI, da Constituição Federal e no Art. 3o da Lei das Licitações, tais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e probidade administrativa.

Portanto, observando a Lei das licitações aos princípios da economicidade, da ampla concorrência e da proposta mais vantajosa, é notória a finalidade de promover processos onde a **AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE** esteja aparente como forma de dar **maior economia ao processo,** pois quanto maior o número de licitantes mais fácil será a busca pela **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**.

Agora, visando à garantia dos direitos e princípios norteadores da Administração Pública e a melhor contratação para este estimado órgão pedimos o que segue.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, vimos requerer que Vossa Senhoria se digne a:

- Retificar do Edital as Cláusulas 3.4.1.1 e 3.4.2.4.

Pede Deferimento.

Fortaleza, 28 de abril de 2021.

BZYL ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Dennis Bzyl Feitosa
Socio-Administrador